

GOMES, Enoque (org.). – *A crise social e os riscos para a estabilidade*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1993. 104 pp, 22 x 15,5 cm.

GOMES, Enoque – et al. *Crise e reestruturação do Estado no Brasil*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1993. 94 pp, 22 x 15,5 cm.

GOMES, Enoque – *Crise econômica x Crise de cidadania no Brasil*. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1993. 56 pp, 22 x 15,5 cm.

O prof. e economista Enoque Gomes, formado também pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, vem publicando uma série de trabalhos pela Universidade Federal de Pernambuco, que ora apresentamos ao leitor. A temática gira em torno de problemas sociais, levando em consideração a dimensão ética. Os textos tentam articular análises críticas da realidade social, valores éticos inegociáveis e projetos de saída.

No livro sobre a violência, inicia-se com ampla visão da violência e suas causas (E. Gomes), traçam-se uma tipologia da mesma, seus aspectos no Brasil, causas e possíveis soluções (Cláudio de Albuquerque), estuda-se o poder da mídia e suas implicações sobre a democracia e

sociedade com toques althusserianos na compreensão da mídia (Washington L. M. da Silva), discute-se a questão da pena de morte numa perspectiva jurídica e ética (Hélio Campos e Inácio Strieder), analisam-se os prejuízos sócio-econômicos da violência, corrupção e impunidade (E. Gomes) para concluir-se com alternativas à marginalidade na linha das empresas assumirem a educação de menores carentes e de algumas iniciativas do Estado (N. Cavalcanti). Os autores pretendem mostrar a vinculação entre violência, corrupção, impunidade no Brasil atual e a recessão, degradação da qualidade de vida e do meio ambiente, com riscos para a estabilidade social e para o desenvolvimento sustentado do país. Todo este quadro revela uma interligação entre os diversos fenômenos.

O segundo livro, dedicado à crise e reestruturação do Estado, situa-se em oposição a uma tendência forte hoje do desmonte e desestruturação do Estado no bojo do movimento neoliberal, defendendo a democratização e reestruturação do Estado. Para isso, cabe superar a crise financeira que arruína o setor público do país e fazer o estado retomar seu papel de articulador e coordenador de um projeto de desenvolvimento nacional.

A primeira reflexão versa sobre o imaginário desenvolvimentista no Brasil em desarticulação devido ao esgotamento de seus pressupostos básicos (Paulo H. N. Martins). Fato que tem deixado rastro de destruição e expectativa de caos. Por falta de outra expressão, o a. chama esta situação de "crise do desenvolvimento". Esta está relacionada com o debate entre os economistas

ortodoxos e heterodoxos nos anos 80. Por sua vez, este debate propiciara a implementação do Plano Cruzado em 1986, cujo fracasso assinala simbólica e historicamente o fim do Estado desenvolvimentista. Seguiu-se um profundo mal-estar popular diante das instituições governamentais. O Estado passou de herói para vilão. O a. apresenta uma penetrante crítica ao Plano Cruzado e termina propondo um projeto de autonomia social num contexto do pós-desenvolvimentismo e duma melhor articulação entre Economia e Sociedade.

Em seguida, dedicam-se dois trabalhos ao setor público. Num primeiro (Tânia B. de Araújo), analisa-se a sua crise devido sobretudo a um endividamento crescente e sua estatização. Tal fato produz impactos na distribuição da renda, no ambiente hiperinflacionário, no condicionamento dos rumos da privatização, nas dificuldades para retomar os investimentos. Impõem-se o desafio do saneamento das finanças públicas, do problema da dívida externa, da dívida do setor produtivo estatal, etc.

Em outra perspectiva, os As. (Francisco Cunha e Ricardo de Almeida) caracterizam esta crise como "perda do paradigma organizacional" no sentido de que a instituição pública parece ter perdido a sintonia com a sociedade. Apontam uma solução na linha duma visão horizontal da sociedade em que se privilegiam a estratégia, os resultados a gestão e não a especialização, a divisão, a desintegração juntamente com um corporativismo deletério, arvorado em único princípio de integração. De modo concreto, os As. indicam a solução propugnada por

B. Kliksberg quando sugere como ponto de partida “a idéia de que não é possível mudar o conjunto do aparelho administrativo... mas tem(-se) de escolher gargalos altamente estratégicos, importantes, claramente delimitados e neles se concentrar... E depois ir(-se) avançando em direção a outras metas”.

Encerra o livro uma consideração da crise do estado e da crise econômica na perspectiva da mesalocação de recursos longos (E. Gomes). Este autor tenta evitar os extremos da onipresença e da ausência do Estado como equivocados. Trata-se de uma reestruturação do Estado que reúna todas as forças vivas da sociedade para novo ciclo de desenvolvimento. O A. tenta explicar a crise econômica atual pela mesalocação de recursos longos. Entende por mesalocação, conceito de R. Lantner, uma escolha de alocação de recursos longos, utilizando-se de uma certa lógica de otimização ou de racionalização, que põe em grande risco a eficácia econômica e social a médio e longo prazo. O referencial/padrão para a avaliação é o “ótimo social”. Há mesalocação quando se afasta deste “ótimo social”. Para o planejamento de longo prazo, percebe-se cada vez mais a importância do fator “informação”. E, finalmente, vê-se que as saídas e tendências atuais da economia mundial vão na linha da nova dinâmica tecnológica e industrial, onde o fator “ciência” é decisivo, e da dinâmica de criação de grandes blocos econômicos e duma nova dinâmica empresarial.

O terceiro livro, de autoria exclusiva de E. Gomes, é dedicado à dupla crise econômica e de cidadania

no Brasil em busca de alternativas de desenvolvimento depois do interregno de F. Collor. O A. procura explicar as razões fundamentais da atual crise sócio-econômica e ética na política brasileira.

Estes três pequenos livros, despretensiosos, são, porém, muito esclarecedores da atual situação de crise do Brasil. Intentam detectar as causas, quer recorrendo à história, quer analisando os fatores que atualmente estão em jogo. Em vários momentos apontam saídas que sejam viáveis para o Brasil. Vale a pena lê-los e discutí-los.

**J. B. Libanio** (Jesuíta e Professor do Instituto Santo Inácio – ISI, Belo Horizonte, MG)